

## **Informe da Ascema Nacional – 22/06/2017 – CAMPANHA SALARIAL 2017**

O último acordo salarial assinado pela Ascema Nacional e CONDSEF foi fruto da Campanha Salarial de 2015. Após meses de um processo de negociação em que não havia, desde o início, margem para grandes conquistas e por deliberação dos servidores, fechamos um acordo parcelado em dois anos, cuja última parcela foi paga em janeiro de 2017.

Desde o início desse ano que a Ascema Nacional em conjunto com a CONDSEF cobra a abertura de negociação para a Campanha Salarial de 2017. Temos conhecimento que nenhuma entidade do funcionalismo conseguiu canais de interlocução com o Governo, via Ministério do Planejamento, para abertura de mesas de negociação.

A diretoria da Ascema Nacional já alertara que seria este o cenário quanto às negociações referentes à Carreira, pois desde o ano passado vínhamos alertando disso aos servidores, especialmente sobre as consequências caso a PEC 55/16 (PEC do Fim do Mundo) fosse aprovada. O Governo somente tem a pretensão de aplicar as reformas que retiram direitos sociais e trabalhistas.

Para demonstrar a situação vigente, repassamos como foi a reunião no Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – MPDG no dia 12/06 com a CONDSEF:

### **Gratificação de Desempenho/Incorporação**

O Ministério do Planejamento continua com a mesma sistemática de informações desencontradas. Anteriormente informava que a equipe da tecnologia da informática estava finalizando a parametrização dos dados para poder concluir e realizar os pagamentos das gratificações de desempenho para os aposentados e pensionistas, que já assinaram o Termo de Opção. Agora informa que a previsão de efetivar os pagamentos é a partir de Agosto próximo.

Foi solicitado ao MPDG que oficializasse à Condsef/Fenadsef uma data definitiva, entretanto seus representantes comunicaram que vão apresentar até o final do mês de junho.

### **Campanha Salarial 2017 e Cumprimento dos Acordos de 2015**

O MPDG informou que ainda não tem previsão para o início das tratativas sobre as futuras negociações depois da publicação da EC-95/2016, que limita os investimentos no setor público pelos próximos 20 anos.

O Governo ainda não tem previsão orçamentária para debater qualquer movimentação salarial. Segundo eles, somente o crescimento vegetativo da folha de pagamento do funcionalismo deve ser consumido. Mesmo assim, a Condsef/Fenadsef reforçou junto aos representantes do MPDG a necessidade de se abrir um mecanismo de debates com as entidades sindicais, sobre a pauta de reivindicação e as pendências dos Termos dos Acordos que foram assinados em 2015.

### **Greve Geral do dia 28/05**

Foi solicitado que o MPDG retome as discussões sobre os dias das greves que tiveram a participação dos servidores da nossa base, incluindo a do dia 28/05/17. Ficaram de agendar uma reunião para tratar dessa demanda.

Considerando esse cenário, onde somos impactados pelo descaso do Governo que se recusa a abrir um canal de negociação de fato para tratar da pauta da categoria e pela ruptura do Termo de Acordo 16/2015:

- Ao não regulamentar a GQIII, situação que se arrasta desde 29 de julho de 2016;

- Não buscar fonte de custeio para implementar, de fato, o custeio do Adicional de Campo para o servidor que tiver direito; e
- A questão da incorporação da gratificação pela média dos pontos na aposentadoria, situação essa que pelo exposto acima está a cada hora mais indefinida pelo órgão central – Ministério do Planejamento.

Diante desse quadro, é necessário que os servidores tenham consciência da necessidade de ações para, em conjunto com os movimentos dos trabalhadores públicos ou não, participar das mobilizações, entre elas a do dia 30 de junho, chamada de Greve Geral, para a qual orientamos que os servidores participem das assembleias para deliberarem sobre sua participação.

Ressaltamos que continuaremos cobrando a abertura do processo de negociação, porém também temos a plena consciência que a prioridade das lutas de todos os setores é a luta contra a retirada de direitos, expressa nas reformas do Governo.

O momento exige que pensemos além da Campanha Salarial, com um improvável reajuste, pois temos que derrotar este projeto do Governo que somente retira direitos e que irá impor condições de vida muito mais austeras para todas categorias do funcionalismo público.

**GREVE GERAL 30 DE JUNHO!**  
**Negociação salarial já!**  
**Abaixo às reformas da previdência e trabalhista!**  
**Anulação da Emenda Constitucional do Fim do Mundo e da Lei das Terceirizações!**

Brasília, 22 de junho de 2017